

O PAPEL DA MEMÓRIA DA SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

The role of society's memory in the construction of public educational policies

Eloisa Diehl Bigaran Xavier – UFSCar/Sorocaba*
Jociane Marthendal Oliveira Santos – UFSCar/Sorocaba**
Mercia Santana Mathias – UFSCar/Sorocaba***

Resumo: Este estudo consiste em uma reflexão sobre o papel da memória da sociedade na construção de políticas públicas educacionais. Para o desenvolvimento do estudo foi realizado a pesquisa qualitativa, através da pesquisa bibliográfica. Discutiremos o que caracteriza política pública educacional e adentraremos na história sobre a tradição oral até as novas tecnologias a fim de considerarmos a importância da memória da sociedade e a efetuação de políticas públicas.

Palavras-chave: Memória. Sociedade. Políticas Públicas Educacionais.

Abstract: This study consists of a reflection on the role of society's memory in the construction of educational public policies. For the development of the study, qualitative research was carried out through bibliographic research. We will discuss what characterizes public educational policy and we will enter history from the oral tradition to the new technologies to consider the importance of the memory of society and the making of public policies.

Keywords: Memory. Society. Educational public policies.

INTRODUÇÃO

O exercício da profissão de educar tem trazido dilemas ao se deparar com as propostas das políticas públicas educacionais. As demandas e dificuldades encontradas na educação do país fazem com que os educadores questionem os objetivos e as razões para os contextos das políticas educacionais. As perguntas: Qual o percurso para a efetivação de uma política? Se as políticas partem das necessidades de um povo, porque elas não suprem as demandas? Esses e outros questionamentos levam a uma problemática: Qual o papel da memória na construção de políticas públicas educacionais?

Em um primeiro momento será abordado à caracterização das políticas públicas e em seguida as políticas públicas sociais educacionais. As etapas da formulação de uma política e qual a relação dessa com a sociedade que a desfrutará. Para entender o significado de política educacional é necessário compreender primeiramente como ela se constitui. Mas antes, é preciso entender o significado de política, políticas públicas sociais e política educacional.

A definição de política foi baseada no autor Bobbio (2002), que traz o significado moderno e clássico do que ela é e ao que está atrelada, como por exemplo, ao que é urbano, civil, público, sociável e social. Partindo do significado de política é possível perceber que é a atuação do Estado e do Governo para manter a ordem, o interesse e o bem-estar social. Contudo, se a política é manter o bem-estar social, surgem então às políticas públicas sociais, que a autora Hofling (2001), define como o "Estado em ação", ou seja, são os projetos implantados pelo governo que visam à garantia do bem-estar da

*Docente da rede oficial de ensino do Estado de São Paulo. Aluna especial do Mestrado em Educação da UFSCar-Sorocaba. E-mail: elobigaran@gmail.com

**Aluna Especial do Mestrado em Educação UFSCar Sorocaba, membro do GEPLAGE – UFSCar-Sorocaba. E-mail: jmarthendal@yahoo.com.br.

***Graduada em Licenciatura em Música (habilitação piano) e graduanda em Licenciatura em Pedagogia e mestranda em Educação pelo PPGED/(UFSCar – Campus Sorocaba). E-mail: mercia1565@hotmail.com.

sociedade. Nesse contexto, a educação é entendida como política social, que dentro da política social e da *agenda pública*¹ é denominada como política educacional.

Primeiramente, o texto analisará a política educacional dentro das teorias neoliberal, liberal moderna, pluralista e marxista, todas segundo a autora Azevedo (1997). Em geral, podemos entender as políticas educacionais como tudo o que o governo faz ou deixa de fazer em relação à educação. Em seguida será realizado um breve enunciado da dinâmica das sociedades para a seleção, transmissão e tutela da memória da sociedade, desde o uso da tradição oral até as novas tecnologias da informação. E na contemporaneidade, apontando o conceito de inteligência coletiva sob a perspectiva de Pierre Lévy.

Por último, serão apresentadas considerações a respeito do papel da memória na construção das políticas. A ideia é discorrer sobre a importância das políticas públicas serem construídas segundo a trajetória e memória de cada sociedade, e mostrar que para o bem-estar da sociedade as políticas públicas devem estar de acordo com a cultura e história da sociedade que as construiu. Relatar-se-á as dificuldades que surgem na educação quando influências com outros propósitos e ideologia adentram nas políticas educacionais não suprimindo as reais necessidades de um povo que condiz com sua história e cultura. Dessa forma, será discutido sobre as propostas ideológicas que permeiam a educação e que desviam a atenção de zelar pela memória e luta em prol das reais necessidades sociais e educacionais brasileiras na elaboração das próprias políticas.

Portanto, as reflexões e os apontamentos expressos neste texto constituem como objetivo mobilizar o debate em torno das políticas educacionais. Para isso, o presente estudo realizará uma análise qualitativa através da pesquisa bibliográfica, permeando o enfoque compreensivo que permite a apreensão e a problematização mais significativas acerca do tema.

A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA SOCIAL

O surgimento da política e seu desenvolvimento ocorreram devido à necessidade do homem viver em sociedade e também em como resolver seus conflitos, pois cada ser tem um jeito de viver e pensar. Mas qual o significado de política? O autor Bobbio (2002, p.954), descreve "o significado moderno e clássico de política, que é originada do adjetivo pólis (politikos), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social".

Segundo a história, gregos e romanos criaram a política, mas foi Aristóteles, que através da sua obra intitulada "*Política*", expressou seu pensamento em relação à existência entre o poder e a autoridade em civilizações. Para Bobbio (2002, p.954), a obra de Aristóteles também pode ser considerada a primeira que mostra as funções e divisão do Estado, além das várias formas de Governo. Neste caso, o Estado é considerado o agente máximo de poder, o qual garante a estabilidade social.

Com o passar dos anos a política se tornou uma ciência, que ficou conhecida como ciência política, que é a razão de vários pesquisadores de diferentes áreas (economia, ciência política, sociologia, antropologia, ciências sociais aplicadas, etc.), dividirem o mesmo interesse, contribuindo assim, para os avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006, p.25). Contudo, é possível perceber que o significado de política é algo abrangente e que no geral está sempre relacionado a atuação do governo e com tudo que diz respeito ao interesse público. E sendo de interesse público, podemos chamar este tipo de interesse de política pública.

Para Hofling (2001, p.31), as políticas públicas são entendidas como o "Estado em ação", ou seja, é quando o Estado implanta projetos de governo, para a sociedade através de programas e ações. De modo geral, com ou sem participação da sociedade as ações públicas quando apropriadas pelos governos, instituições públicas estatais, concretizam direitos humanos coletivos ou direitos sociais que são garantidos por lei. Segundo Souza (2006, p.20):

As últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área. O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a

¹Agenda de políticas públicas, preocupa-se em estudar o processo de percepção e hierarquização de problemas que chamam a atenção dos formuladores de políticas e grupos próximos a eles (CAPELLA; BRASIL, 2015, p.06)
Ensaio Pedagógico (Sorocaba), vol.1, n.1, jan./abr. 2017, p.17-25 ISSN: 2527-158X

execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade.

Contudo, ao compreender o processo de elaboração e implementação de política teremos uma melhor ideia sobre os limites e habilidades do governo para solucionar ou aliviar os problemas da sociedade (PALUMBO, 1994, p.43). Ainda segundo Palumbo (1994, p.35), as políticas públicas se apresentam em constante movimento, elas estão em constante mudança a medida que são formadas e reformadas, modificadas e transformadas.

Dentro das políticas públicas existem as chamadas políticas sociais, que são os programas desenvolvidos pelo governo e que garantem direitos e condições de vida aos cidadãos. Essas políticas asseguram à população o direito a educação, saúde, trabalho, assistência social, previdência social, justiça, saneamento, habitação entre outros. Desenvolver e pôr em prática uma política é bastante complexo, principalmente quando considerados os anseios, objetivos e valores de uma nação, pois esses são constituintes que não devem ser deixados de lado quando se trata em moldar a educação de um povo.

Sendo a educação uma das esferas tratadas pelas políticas sociais, esta, quando empregada pelo Estado serve para difundir a ideologia da justiça social e diminuição da pobreza, principalmente em países periféricos quanto a hegemonia central do capitalismo (Portal da Educação, 2013). Neste caso, a educação é compreendida como um projeto do governo desenvolvido para apoiar a educação, denominada política educacional.

Na abordagem neoliberal, conforme Azevedo (1997, p.15), "a ampliação das oportunidades educacionais é considerada um dos fatores mais importantes para a redução das desigualdades". Desta forma, dentro do neoliberalismo, a educação como política educacional deve ser de inteira responsabilidade do Estado, sendo muitas vezes uma questão colocada em "xeque". A política educacional, assim como demais políticas públicas, só será bem-sucedida, na medida que exista a competição (privada) (AZEVEDO, 1997, p.17). Na teoria liberal moderna, o Estado visa o bem-estar comum da sociedade e a educação é compreendida a partir da sua função social.

Admitindo que a educação seja função essencialmente social, não pode o Estado desinteressar-se dela. Ao contrário, tudo o que seja educação deve estar até certo ponto submetido a sua influência, isto não quer dizer que o Estado deva, necessariamente, monopolizar o ensino. [...] pode-se acreditar que os progressos escolares sejam mais fáceis e mais rápidos onde certa margem é deixada a iniciativa privada. O indivíduo é sempre mais renovador que o Estado. Mas, do fato de dever o Estado, no interesse público, permitir a existência de escolas privadas, não se segue que deva tornar-se estranho ao que nelas se venha passar. Pelo contrário, a educação que aí se der deve estar submetida a sua fiscalização. Não é mesmo admissível que a função de educador possa ser preenchida por alguém que não represente as garantias de que o Estado, e só ele, pode ser juiz. Os limites dentro dos quais deve permanecer essa intervenção não podem ser determinados de uma vez por todas; mas o princípio de intervenção não se contesta (DURKHEIM, 1968, pp. 49-50 apud AZEVEDO, 1997, p.24).

Já a abordagem pluralista, parte da preocupação de como as reivindicações e demandas sociais são processadas dentro do sistema político, tendo as pressões sociais como fundo, mas seu objetivo é sempre visando o bem comum (DAHL, 1956 e 1966 apud AZEVEDO, 1997, p.24)

Nesta abordagem existe a participação dos cidadãos e para eles o mais poderoso meio de transformação do indivíduo é através da educação, pois é na escola que os cidadãos aprendem valores e atitudes para atuarem como agentes sociais e políticos dentro da sociedade moderna. (ALMOND e VERA, 1963 apud AZEVEDO, 1997, p.28). Dentro da abordagem marxista a educação é vista como instrumento de apoio na luta do proletariado contra a burguesia. E dentro desta abordagem Azevedo (1997, p.50) cita Offe que entende a política educacional como:

[...] um meio de garantir a sociabilidade da força do trabalho segundo os parâmetros próprios do capitalismo. É desta perspectiva que considera a implantação dos sistemas públicos de ensino e o seu caráter obrigatório e universal. A regulação estatal sobre a educação, conjugada a outras políticas públicas, constitui-se assim numa das estratégias para regular e manter possibilidade e continuidade do trabalho assalariado. A partir de seus construtos, infere-se, portanto, que a atuação do Estado

na oferta da educação básica obrigatória e gratuita não deixa impurezas nos filtros de seletividade a que se submete o direcionamento da sua ação.

Considerando a política educacional dentro das abordagens descritas acima, entende-se que a educação como política pública educacional é tudo o que o governo faz ou muitas vezes deixa de fazer em relação a educação. Esta educação deve ocorrer dentro do espaço escolar, ou seja, dentro da escola para se tornar uma política pública, como destacado por Azevedo (1997, p.59):

Não se pode esquecer que a escola e principalmente a sala de aula, são espaços em que se concretizam as definições sobre política e o planejamento que as sociedades estabelecem para si próprias, como projeto ou modelo educativo que se tenta pôr em ação. O cotidiano escolar, portanto, representa o elo final de uma complexa cadeia que se monta para dar concretude a uma política – a uma policy – entendida aqui como um programa em ação.

Para Freire (1998) apud Ferreira e Santos (2014, p.149), o sistema educativo escolhido e as políticas públicas voltadas para a educação, são componentes que revelam a preocupação do país com seu futuro, já que o ensino público gratuito, inclusivo e de qualidade cria uma sociedade onde as diferenças sociais, culturais e econômicas não são tão distintas.

Portanto, as políticas públicas educacionais estão conectadas a qualidade da educação e, também, a uma nova ordem social, cuja cidadania seja constituída pelas famílias e, depois pelas escolas e sociedade Enfim, a política educacional, está em constante desenvolvimento, pois está atrelada ao momento histórico em que vem se apresentando, bem como das relações e atitudes que os indivíduos estabelecem com as várias esferas sociais.

DA TRADIÇÃO ORAL AS NOVAS TECNOLOGIAS: O PAPEL DA MEMÓRIA NA SOCIEDADE

O homem sempre buscou a compreensão da sua realidade, o conhecimento aprendido e seu uso à cultura de que ele e os seus antepassados são e eram, respectivamente, membros ativos. E nesta trajetória a memória cumpre um importante papel, pois é o “ponto-de-vista” de dada realidade, conforme aponta Bruner (1991, p.3):

Originalmente introduzida por Vygotsky e patrocinada por seu grande conjunto de admiradores, a nova postura é a de que produtos culturais, tais como a língua e outros sistemas simbólicos, intermedeiam o pensamento e colocam seu carimbo em nossas representações da realidade.

Vygotsky inaugurou esta nova tendência. Contudo é importante ressaltar o papel do uso dos instrumentos e signos que, de acordo com Kohl (2010, p.27) vai marcar o homem como espécie diferenciada:

Vygotsky busca compreender as características do homem através do estudo da origem e desenvolvimento da espécie humana, tomando o surgimento do trabalho e a formação da sociedade humana, com base no trabalho, como sendo o processo básico que vai marcar o homem como espécie diferenciada. É o trabalho que, pela ação transformadora do homem sobre a natureza, une homem e natureza e cria a cultura e a história humanas.

Estes sistemas simbólicos perpetuam a memória de um coletivo, socialmente constituído, e vai desde uma pintura primitiva feita numa caverna até o uso das novas tecnologias da informação. De acordo com Von Simson (2006, p.01) memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos. Nestes suportes empíricos, temos, por exemplo: a voz, música, imagem, texto e demais construções simbólicas que se perpetuam na história.

Mas é essencial entender que nem tudo é lembrado, descartamos a maioria das experiências vivenciadas e só retemos aquelas que possuem significado. Sendo a memória seletiva, o que é descartado ou retido está diretamente associado ao uso funcional para a existência futura, a partir de um dado ponto-de-vista. Ainda de acordo com Von Simson (2006, p.01), existe a **memória individual** que é aquela guardada por um indivíduo, mas que também contém aspectos da memória do grupo

social. A **memória coletiva** que é oficialmente guardada como patrimônio da sociedade, em sentido mais amplo. Mas existe a contrapartida, ou outro lado da moeda, como coloca Von Simson (2006 p.01), na mesma obra:

[...] existem as **memórias subterrâneas ou marginais** que correspondem a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade. Estas memórias geralmente não são monumentalizadas e nem gravadas em suportes concretos como textos, obras de arte e só se expressam quando conflitos sociais as evocam ou quando os pesquisadores **que se utilizam do método biográfico ou da história oral** criam as condições para que elas emerjam e possam então ser registradas, analisadas e passem então a fazer parte da memória coletiva de uma dada sociedade. Elas geralmente se encontram muito bem guardadas no âmago de famílias ou grupos sociais dominados nos quais são cuidadosamente passados de geração a geração.

São baseadas nestas memórias da sociedade que as políticas públicas são construídas? Parece que sim, se considerado que a sociedade se tornou transfronteirística. Acompanhando a evolução de políticas sociais em outros contextos, se desencadeiam ações que dão suportes para a criação de políticas públicas educacionais no Brasil. Ainda de acordo com Bruner (1991, p.03) é a translatabilidade universal do conhecimento de uma cultura para outra. Assim a memória da sociedade quando cumpre o papel de universalizar o compartilhar das memórias da humanidade, aproxima-se do conceito de Levy (2003, p.28) sobre inteligência coletiva:

[...] uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências. Ela visa ao reconhecimento das habilidades que se distribuem nos indivíduos, a fim de coordená-las para serem usadas em prol da coletividade. A coordenação dos inteligentes coletivos ocorre com a utilização das tecnologias da informação e comunicação.

O trabalho coletivo permitiu o desenvolvimento de redes, o intercâmbio de informações e novas formas de acesso, construção e compartilhamento de conhecimentos com o auxílio do computador (BEMBEM; COSTA, 2013 p.141). Com isso os contingentes às situações históricas concretas podem acionar decisões públicas em relação ao caráter das demandas vindas da sociedade. Segundo o conceito de State-centered² o Estado é parte da sociedade e pode, portanto, em certos momentos, ser influenciado por ela em maior ou menor grau do que influencia. A tradição oral tem seu uso mais restrito. É uma fonte de transmissão carregada de sentidos que sinaliza o que é vital ou não para ser retido ou descartado da memória da sociedade. Segundo Von Simson *apud* Lotman (2006, p. 02) a memória é uma forma de cultura:

[...] pois é a cultura de uma sociedade que fornece os filtros através dos quais os indivíduos que nela vivem possam exercer o seu poder de seleção realizando as escolhas que determinam aquilo que será descartado e aquilo que precisa ser guardado ou retido pela memória porque, sendo operacional, poderá servir como experiência válida ou informação importante para decisões futuras.

Freitas (2006, p.17), analisa que a tradição oral é um dos gêneros distintos da História Oral, os outros seriam a história de vida e a história temática. Contudo, ainda persiste à busca de uma definição para a História Oral, de acordo com a autora. Quanto à tradição Oral, Freitas *apud* Jan Vansina (2006, p. 17), especialista em tradição oral africana, afirma que:

[...] uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chaves, isto é, a tradição oral. A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra.

²State-centered: As teorias centradas no estado propõem que os estados estabeleçam políticas para prevenir a exploração e promover a distribuição igual de bens e salários. Disponível em: <<https://www.boundless.com/sociology>>. Acessado em 26/jun/2017.

Se na sociedade ocidental da contemporaneidade, a facilidade e rapidez dos meios de comunicação colocam o homem com poder de seletividade frente à informação que recebe, na tradição oral, que existiram no passado e ainda subsistem em alguns locais isolados (por exemplo, América do Sul e na África), cabe aos que mais viveram a incumbência de transmissão da memória da coletividade (VON SIMSON, 2006 p.3)

[...] aos mais velhos, devido a sua maior experiência e vivência, cabe a função de transmitir às novas gerações de seu grupo social os fatos e vivências que foram retidos como fundamentais para a sobrevivência do grupo.

Esse papel social dos idosos foi sendo gradativamente perdido ao longo da história das sociedades ocidentais, mas muito mais intensamente, na contemporaneidade, quando cada vez mais se diversificam e se sofisticam os suportes para o registro e suporte da memória.

Os signos como instrumentos que auxiliam o desempenho da memória das sociedades são aperfeiçoados ao longo do seu percurso histórico, sendo que a memória mediada por signos é mais poderosa do que a memória não mediada, pois pode se perpetuar no tempo e no espaço. A seletividade destas memórias da sociedade passa para a pauta das políticas públicas a partir de ações da coletividade que determina o que é prioridade para a realidade que se apresenta concretamente no cotidiano. Vale salientar, que esta memória merece quatro considerações, primeiro, é seletiva. Segundo, é subjetiva, dependendo do ponto-de-vista de quem resgata a memória.

Terceiro, é um ato de mediação, pois necessita da lembrança e/ou registro das experiências. A quarta consideração, na contemporaneidade é uma memória que pode ser transfronteiriça, se considerarmos os novos meios tecnológicos para a comunicação. Esta memória da sociedade, sem a preocupação de fronteiras físicas, abre um observatório democrático que resgata reivindicações legítimas, em outros contextos. A partir deste ponto, iniciativas de lutas sociais se tornam modelos para novas conquistas em outras sociedades sem necessariamente passar por todo o processo de construção histórica e social.

O PAPEL DA MEMÓRIA DA SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Considerando o que já foi abordado, as políticas públicas são formuladas a partir das necessidades apresentadas de um povo. É a partir das necessidades que se formam grupos em comum e esses grupos são as representações de uma sociedade. As expressões dessas representações sociais são as políticas públicas, pois essas evidenciam não somente necessidades vigentes, mas também históricas. As políticas públicas são respostas do Estado para esses grupos. Seria o meio de resolver ou amenizar problemas enfrentados pela sociedade, em todas as áreas. Por isso, as políticas devem buscar o bem estar a partir de programas e projetos voltados a resolver problemas comuns da sociedade. Segundo Azevedo (1997, p.05)

[...] as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que tem lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. Neste sentido, são construções informadas pelos valores, símbolos, normas.

A autora afirma que as políticas públicas devem ser construídas segundo a trajetória e memória de cada sociedade. E as representações sociais são as evidências e características que um povo desenvolve a respeito de si próprio e a sua realidade social. Portanto, as políticas públicas são essenciais para o bem estar da sociedade se estas estiverem de acordo com a cultura e história desta sociedade. Embora existam muitos programas e ações políticas na atualidade, podemos considerar que as políticas públicas educacionais existentes não estão sendo suficientes na resolução dos problemas e não têm sido suficientes para resolver as desigualdades sociais existentes em nosso país. Segundo Silva (2003, p.284)

A concepção de gestão racional do sistema educacional brasileiro, ainda hoje, revitaliza o autoritarismo, a verticalidade, o gerenciamento, o apadrinhamento e o clientelismo nas relações sociais e políticas. Tem sido também uma prática aproveitar-se do momento de mudança de mandatos de governos ou de secretários

de Educação para se criar novos programas, projetos e planos, com o intuito de dar cara nova à gestão, quase sempre sem avaliar os resultados anteriores, induzindo à descontinuidade da própria dinâmica escolar.

Silva (2003), se refere ao acordo que o Brasil assinou com o Banco Mundial a mais ou menos 60 anos e que vem intervindo e atuando nas instituições educacionais e científicas do país. A inserção de programas advindos em prol de uma macropolítica econômica e a falta de avaliações substanciais das políticas já existentes a fim de averiguar se elas atendem as demandas sociais, geram um descompasso no Brasil, pelo fato, de um lado termos as políticas e outro de que elas não solucionam os problemas. Segundo a autora é parte política do Banco fazer avaliações " para fiscalizar, avaliar e pressionar, com a anuência do governo federal" a fim de "canalizar seus objetivos, ideologias, estratégias e concepção de educação" (SILVA, 2003, p. 288).

As relações entre sociedade e a escola pública, historicamente vem incorporando demandas de interesse decorrentes do seu conviver e de suas inter-relações com outras instituições não se atentando as reais necessidades sociais e educacionais brasileiras na elaboração das próprias políticas. Essas influências nas políticas educacionais viriam na contramão da proposta das políticas públicas suprirem as necessidades de um povo que tem uma história fazendo esse povo aderir outras culturas e esquecer sua própria história (SILVA, 2003, p.288).

Piana (2009) afirma "que as reformas educacionais no Brasil ocorreram mediante as crises nacionais e internacionais do sistema capitalista" Por isso, a educação, em muitos momentos, ficou em segundo plano pelos dirigentes políticos. A democratização, acessibilidade e a qualidade da educação não foram visados devido "a educação sempre estar a serviço de um modelo econômico de natureza concentradora de rendas e socialmente excludente" (PIANA, 2009, p.67).

O sistema de cotas pode ser considerado um exemplo. A partir da Conferência Mundial contra o Racismo realizada em Durban na África do Sul, nos anos 2000, as agendas foram alinhadas em direção as ações afirmativas, envolvendo vários segmentos sociais, dentre as quais o ensino superior. No entanto, somente no ano de 2010 é sancionada a Lei 12.288 no Brasil. Segundo Toubia (2016, p.125-126), ao pesquisar as políticas de ações afirmativas no Brasil, contempla:

[...] a necessidade de um preparo maior por parte da universidade com relação às políticas de inclusão, pois tanto professores como alunos, apesar de receberem positivamente tais ações, não estão preparados à altura para usufruírem dos benefícios oferecidos pela mesma, pois a necessidade de respaldo e ferramentas para lidarem com os obstáculos advindo das ações afirmativas torna-se indispensável.

Conforme Toubia (2016, p.126) é necessário considerar não somente o ingresso do aluno a partir das ações afirmativas, mas um trinômio: ingresso, permanência e sucesso acadêmico bem como o preparo e as condições das universidades que recebem esses alunos. Toubia (2016, p.36), ainda afirma que no Brasil o modelo das ações afirmativas tem evoluído, através de leis que amparam e promovem o acesso das classes menos favorecidas às universidades, mas faz-se necessário que esse movimento seja "reconhecido e defendido pela sociedade para combater o pensamento conservador das elites que tentam preservar a universidade como um espaço marcado pelo privilégio de poucos".

Embora as políticas de ações afirmativas sejam baseadas na "memória" de lutas sociais estabelecidas ao longo de nossa história, é necessário que os movimentos continuem em defesa dessa conquista (TOUBIA 2016, p.36). Percebe-se uma diminuição dos movimentos e representações sociais após a inserção de programas sociais. Portanto, a memória é fator importante na construção das políticas educacionais a fim de que o presente seja diferente do passado, e que as conquistas avancem sem retroceder segundo objetivos externos sem visar a história e as lutas na educação.

Conforme Piana (2009, p.78) "a educação aliou-se ao projeto ideológico, como instrumento de desenvolvimento e capacitação da classe trabalhadora para o acesso à estrutura dominante" e "por outro, o Estado valorizou a educação como 'salvação nacional' colocando-a a seu serviço, para realizar o projeto político e econômico", mas isso causou "consequentemente, uma desvalorização da educação". O que estaria nos impedindo de enxergar o que realmente existe na educação brasileira? Os discursos do bem-estar social são apresentados como igualdade no voto e direitos, mas as demandas não são supridas.

A ideologia consiste no ocultamento das relações sociais, ou na omissão da história, ou ainda na história invertida. Quanto maior a capacidade de ocultar a divisão de classes e a luta dessas, a ideologia terá mais poder e eficácia. "A ideologia não tem história, mas fabrica histórias imaginárias que nada mais são do que uma forma de legitimar a dominação da classe dominante", por isso, "a história ideológica é sempre uma história narrada do ponto de vista do vencedor" (CHAUÍ, 2008, p.116).

A ideologia só é possível porque ela separa a produção das ideias e as condições sociais históricas. "A ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos" (CHAUÍ, 2008, p.73). Se as políticas devem se basear na memória de um povo qual é a memória que conduz a sociedade para formulação de políticas educacionais brasileiras?

A existência das políticas nos faz vislumbrar que somos atendidos, mas que por trás dessas políticas estão estruturadas e condizentes para resolver os problemas estruturais apresentados pelo desenvolvimento capitalista e não as desigualdades sociais existentes, por isso a falsa impressão de atendimento. Segundo Chauí (2008, p.116, grifo nosso):

O vencedor ou poderoso é transformado em um único sujeito da história, não só porque impediu que houvesse a história dos vencidos, mas simplesmente porque sua ação histórica consiste em eliminar fisicamente os vencidos, ou, então se precisa do trabalho deles **elimina sua memória**, fazendo com que se lembrem apenas dos feitos dos vencedores.

Embora a ideologia tenha muito poder, ela não é um poder absoluto. Ela pode ser destruída quando tomamos consciência dela, através do estudo crítico e reflexivo. Por isso, o processo e formulação de políticas devem contemplar a história e a condições do povo, e se ainda não contemplam, ainda existe a esperança enquanto houver movimentos e questionamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse artigo, foi possível compreender a diferença existente entre política e políticas públicas sociais, e que, uma está atrelada à outra. No entanto, o que as diferenciam é a participação ou não da sociedade, ou seja, quando se trata de políticas públicas essa em sua maioria tem a participação da sociedade. Já a política, tem apenas a participação do governo, pois é este quem define a agenda e o que é importante ou não para a sociedade naquele momento.

Todavia, a educação como política pública educacional sempre foi discutida em vários momentos da história, conforme tratado nas diferentes abordagens teóricas. Assim, em todas as abordagens (neoliberalismo, liberal moderna, pluralista ou marxista), a educação é vista como uma função de grande importância social. É através das políticas públicas formuladas para a educação que se atingirá um ensino de melhor qualidade, podendo este ser público ou privado. Mas, somente por meio desta qualidade e política, que será possível dentro do âmbito escolar, formar verdadeiros cidadãos, capazes de atuar politicamente e socialmente dentro da sociedade em que está inserido. Dentro deste contexto podemos citar Freire (2000, p.31) "se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda".

Desta forma, constatamos que a memória é seletiva e carrega a subjetividade do ponto de vista de quem transmite as vivências passadas. Ou seja, a memória não é desprovida de intencionalidade. Tudo isso leva a refletir também que, poder dispor da memória da sociedade como um bem universal para a luta por direitos em diferentes sociedades é um privilégio da contemporaneidade. É a construção da inteligência coletiva, através do uso das novas tecnologias da informação, desta forma não abrange apenas indivíduos de um dado contexto histórico, mas ultrapassa fronteiras. A transmissão desta memória coletiva como modelo de mediação advém do uso de signos e instrumentos responsáveis pela disseminação e disposição destas memórias da sociedade no âmbito das políticas públicas educacionais.

A memória é fator importante na construção das políticas educacionais a fim de conceber o presente diferente do passado. E para que novas conquistas avancem na educação brasileira sem retroceder segundo objetivos externos e que não visam à história e as lutas de nossos pais. Por isso, a importância de as políticas públicas serem construídas segundo a trajetória e memória de cada sociedade.

Enfim, a democratização, a acessibilidade e a qualidade da educação não foram visados devido a adesão das influências e ideologias de outras instituições que adentraram nas políticas educacionais com outros propósitos diferentes das necessidades reais históricas e culturais. Embora o Brasil tenha aderido à proposta ideológica de outras instituições e embora elas tenham muito poder, elas não são poder absoluto. Por isso, movimentos e questionamentos são necessários para o processo e formulação de políticas contemplando a história, memória e a condições do povo.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. M. L. de. *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BEMBEM, A; COSTA, P. Inteligência coletiva: um olhar sobre a produção de Pierre Levy. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.18. n.4, p.139-151, out./dez. 2013.
- BOBBIO, N., MATTEUCI, N. PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 11º ed., Brasília: UNB, 2002.
- BRUNER, J. *A construção narrativa da realidade*. Disponível em: <http://www.academia.edu/4598706/BRUNER_Jerome._A_constru%C3%A7%C3%A3o_narrativa_da_realidade>. Acessado em 25/mai/2017.
- CAPELLA, A. C. N. BRASIL, F. G., *A trajetória dos estudos sobre a agenda de políticas públicas*. Dossiê Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política vol. 24, n. 2, p. 4-17, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/442/293>> Acessado em: 30 jun. 2017.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia?* (Coleção Primeiros Passos), 2 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.
- FERREIRA, C. S.; SANTOS, E. N. dos. *Políticas públicas educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação*. Revista Labor, nº 11, v.1, 2014.
- FREITAS, S. M. de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. 2ª Ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

Recebido em: 08.01.2017

Aprovado em 10.04.2017